



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA ECONOMIA  
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL**

**RELATÓRIO DE EXAME TÉCNICO**

**N.º do Pedido:** PI0912486-1 **N.º de Depósito PCT:**  
**Data de Depósito:** 17/09/2009  
**Prioridade Unionista:** -  
**Depositante:** Universidade Federal de Minas Gerais (BRMG) , Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET (BRMG) , Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS (BRRJ)  
**Inventor:** Carmela Maria Polito Braga, Anísio Rogério Braga  
**Título:** "Módulo de instrumentação, controle e automação "

**PARECER**

Um segundo parecer de exigência técnica [despacho (6.1) relativo ao presente pedido foi publicado na RPI 2600 de 03/11/2020. No parecer exarado fora concluído que a matéria reivindicada apresentava novidade, atividade inventiva e aplicação industrial, de acordo com o Art. 8º combinado com os Arts. 11, 13 e 15 da LPI. Contudo de forma a tornar o pedido passível de patenteabilidade, as modificações citadas nos comentários do quadro 3 do dito parecer deviam ser realizadas. Em decorrência deste parecer, a Requerente apresentou, através da petição nº 870210010793 de 01/02/2021, nova via do quadro reivindicatório e desenhos, cumprindo integralmente as exigências indicadas no segundo parecer e estando de acordo com o Art. 32 da LPI.

Quadro 1 – Páginas do pedido examinadas			
Elemento	Páginas	n.º da Petição	Data
Relatório Descritivo	1 a 13	014100000551 014100000551	25/02/2010 25/02/2010
Quadro Reivindicatório	1 a 2	870210010793 870210010793	01/02/2021 01/02/2021
Desenhos	1 a 3	870210010793 870210010793	01/02/2021 01/02/2021
Resumo	1 a 1	014100000551 014100000551	25/02/2010 25/02/2010

Quadro 2 – Considerações referentes aos Artigos 10, 18, 22 e 32 da Lei n.º 9.279 de 14 de maio de 1996 – LPI		
Artigos da LPI	Sim	Não
A matéria enquadra-se no art. 10 da LPI (não se considera invenção)		X

A matéria enquadra-se no art. 18 da LPI (não é patenteável)		<b>X</b>
O pedido apresenta Unidade de Invenção (art. 22 da LPI)	<b>X</b>	
O pedido está de acordo com disposto no art. 32 da LPI	<b>X</b>	

**Comentários/Justificativas**

- Nada a comentar ou justificar.

<b>Quadro 3 – Considerações referentes aos Artigos 24 e 25 da LPI</b>		
<b>Artigos da LPI</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
O relatório descritivo está de acordo com disposto no art. 24 da LPI	<b>X</b>	
O quadro reivindicatório está de acordo com disposto no art. 25 da LPI	<b>X</b>	

**Comentários/Justificativas**

No segundo parecer técnico publicado na RPI 2600 de 03/11/2020 foi indicado para o depositante que seu quadro reivindicatório continha contrariedades que não satisfazia o disposto no Art. 25 da LPI. Dentro destas contrariedades, foi apontado para o depositante que o quadro reivindicatório continha trechos explicativos que contrariavam o disposto no inciso VIII do art. 4º da Instrução Normativa n.º 30/2013.

Cabe aqui ressaltar que o novo quadro reivindicatório contido na petição 870210010793 de 01/02/2021 ainda contém a presença de trechos explicativos como:

1. “para conexão mecânica de módulos extras” (pag. 2, linha 12, reivindicação 4);
2. “para instalação (...) futuras expansões” (pag. 2, linhas 12 e 13, reivindicação 4);
3. “para instalação (...) no painel frontal” (pag. 2, linhas 14 e 15, reivindicação 4); e
4. “para fixação (...) e botoeiras” (pag. 2, linhas 16 e 18, reivindicação 4).

No entanto, mesmo com a contrariedade aqui apontada, esta será aceita por não comprometer o entendimento da matéria pretendida para o objeto proposto na patente em lide, com base no relatório descritivo desenhos e quadro reivindicatório do pedido.

<b>Quadro 4 – Documentos citados no parecer</b>		
<b>Código</b>	<b>Documento</b>	<b>Data de publicação</b>
-	-	-

<b>Quadro 5 – Análise dos Requisitos de Patenteabilidade (Arts. 8.º, 11, 13 e 15 da LPI)</b>		
<b>Requisito de Patenteabilidade</b>	<b>Cumprimento</b>	<b>Reivindicações</b>
<b>Aplicação Industrial</b>	Sim	1 a 4
	Não	-
<b>Novidade</b>	Sim	1 a 4

	Não	-
<b>Atividade Inventiva</b>	Sim	1 a 4
	Não	-

**Comentários/Justificativas**

- Nada a comentar ou justificar.

**Conclusão**

A matéria reivindicada apresenta novidade, atividade inventiva e aplicação industrial (Art. 8º da LPI), e o pedido está de acordo com a legislação vigente, encontrando-se em condições de obter a patente pleiteada.

Assim sendo, defiro o presente pedido como Patente de Invenção, devendo integrar a Carta Patente **os documentos que constam no Quadro 1 deste parecer, exceto o resumo.**

Para a concessão da patente o depositante deverá efetuar o pagamento da retribuição e a respectiva comprovação correspondente à expedição da carta-patente, conforme os prazos estabelecidos no Artigo 38 da LPI.

Publique-se o deferimento (9.1).

Rio de Janeiro, 08 de março de 2021.

---

Marcello Arrais Lima  
 Pesquisador/ Mat. Nº 2390733  
 DIRPA / CGPAT IV/DIMUT  
 Deleg. Comp. - Port. INPI/DIRPA Nº  
 002/20